



Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 **Castanhal**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51	

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Castanhal x RI Guamá x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Castanhal x RI Guamá x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Castanhal x RI Guamá x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Castanhal x RI Guamá x Pará (2025)	50



INTRODUÇÃO

AAgenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Castanhal (PA)**.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

Entre 2019 e 2021, Castanhal manteve sua taxa de pobreza relativamente estável: 25,2% em 2019, 24,6% em 2020 e 26,1% em 2021. No entanto, em 2022, o município enfrentou uma elevação acentuada para 40,5%, provavelmente reflexo de crises socioeconômicas agravadas pela pandemia. Em 2023, houve uma recuperação expressiva, com a taxa recuando para 27,7%, valor inferior ao de 2019. A Região de Integração (RI) do Guamá também oscilou: de 45% em 2019, caiu para 43,7% em 2023, mas com um pico abrupto de 62% em 2022. O estado do Pará seguiu

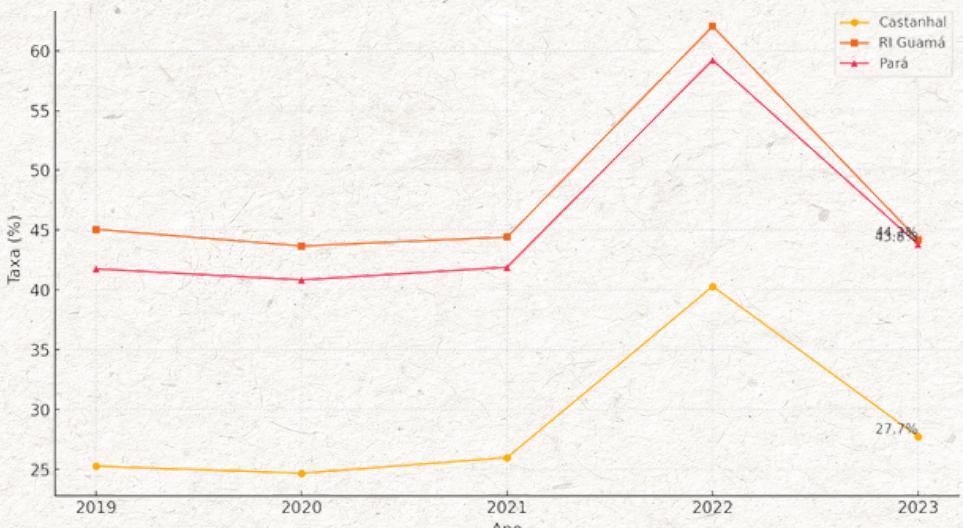
tendência similar, iniciando com 41,4% em 2019, subindo até 59% em 2022 e caindo para 43,8% em 2023. As três esferas evidenciam impacto conjuntural significativo em 2022, com posterior alívio em 2023 (Gráfico 1).

A evolução da taxa de pobreza demonstra que Castanhal teve o melhor desempenho relativo ao final do período, retornando a um patamar inferior ao inicial. Já RI Guamá e o Pará terminaram 2023 com índices ainda acima ou próximos de 2019, evidenciando recuperação mais lenta. O comportamento do indicador evidencia um momen-





Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 27,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

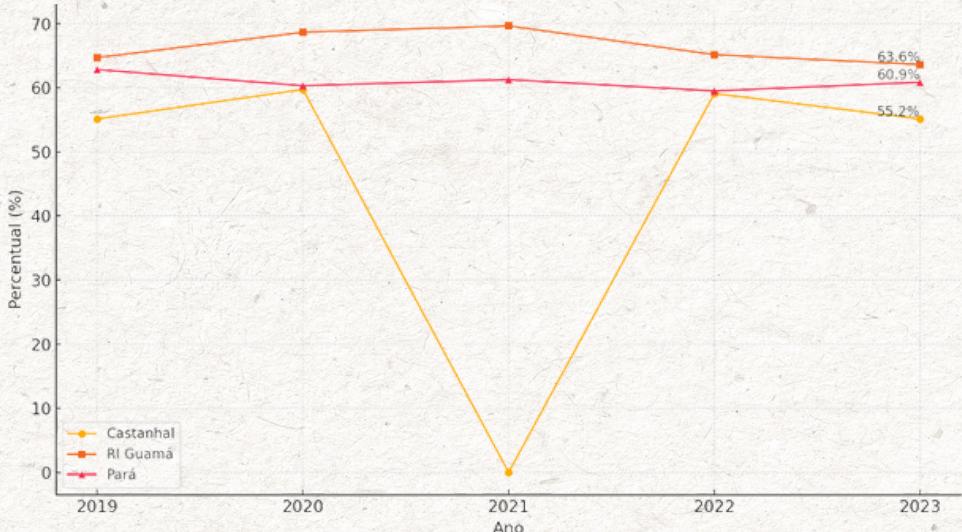
Em Castanhal, as despesas públicas com serviços essenciais evoluíram de forma instável. O município partiu de 55,1% em 2019, subiu para 59,8% em 2020, mas registrou queda abrupta para 0% em 2021 evidência provável de falha de registro ou exclusão orçamentária. Em 2022, houve recuperação para 59,1% e novo recuo para 55,2% em 2023, retornando ao patamar inicial. Já a RI do Guamá apresentou maior estabilidade, partindo de 64,8% em 2019, atingindo 69,3% em 2021 e finalizando com 63,6% em 2023. No estado do Pará, os percentuais oscilaram entre 63,6% (2019) e 60,9% (2023), com variações mínimas (Gráfico 2).

A trajetória de Castanhal foi marcada por descontinuidade atípica em 2021, o que compromete a análise daquele ano. Considerando os demais anos, o município demonstra um esforço constante na manutenção de investimentos em serviços essenciais. Em contrapartida, a RI do Guamá manteve-se acima dos 60% durante toda a série, evidenciando uma gestão pública regional mais regular. O estado do Pará também demonstra estabilidade, com pequenas oscilações ao longo do período. A convergência dos três territórios em 2023 (entre 55,2% e 63,6%) sugere padrões similares de alocação de recursos públicos. A ausência de crescimento sustentável em Castanhal reforça a importância de maior consistência nas políticas de investimento social (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 55,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta não foi alcançada.



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar da nutrição e promover a agricultura sustentável.



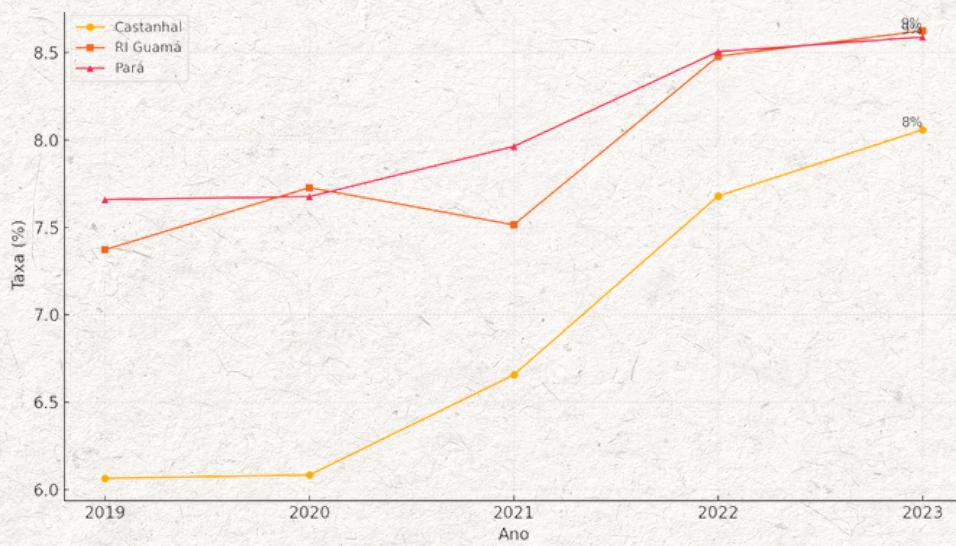
Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Castanhal apresentou um crescimento contínuo na taxa de crianças com baixo peso ao nascer entre 2019 e 2023. Em 2019 e 2020, o município manteve valores baixos e constantes, com 6,05% e 6,07%, respectivamente. A partir de 2021, o índice subiu de forma acentuada para 6,67%, alcançando 7,67% em 2022 e 8,03% em 2023. A Região de Integração do Guamá seguiu trajetória semelhante, indo de 7,37% em 2019 para 8,62% em 2023, com pequenas variações em 2021. Já o estado do Pará teve crescimento de 7,67% em 2019 para 8,63% em 2023, com destaque para o salto entre 2021 (7,96%) e 2022 (8,49%) (Gráfico 3).

O avanço desse indicador em todas as escalas aponta para um problema estrutural crescente na saúde materno-infantil. Fatores como nutrição inadequada, acesso limitado ao pré-natal, e desigualdades sociais podem explicar a piora dos índices. Apesar de Castanhal apresentar taxas ligeiramente inferiores às demais regiões, o ritmo de crescimento é preocupante. A partir de 2021, o município demonstrou aumento mais acelerado, indicando perda relativa de desempenho frente à média estadual e regional. A convergência dos valores acima de 8% evidencia um padrão crítico generalizada (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



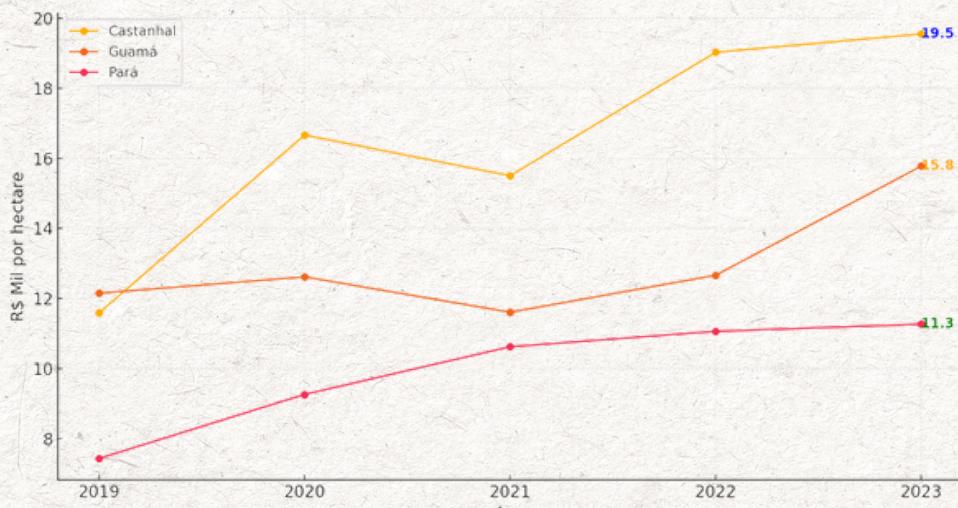
Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Castanhal obteve um dos melhores desempenhos na produtividade agrícola entre 2019 e 2023. O município iniciou com R\$ 11,7 mil/hectare em 2019 e atingiu R\$ 16,7 mil já em 2020. Apesar de uma leve queda para R\$ 15,5 mil em 2021, os anos seguintes trouxeram forte recuperação, alcançando R\$ 18,9 mil em 2022 e encerrando com R\$ 19,5 mil em 2023. A RI do Guamá teve desempenho mais moderado: de R\$ 12,2 mil em 2019 para R\$ 15,8 mil em 2023, também com oscilação em 2021. Já o estado do Pará apresentou crescimento mais discreto, saindo de R\$ 7,4 mil em 2019 para R\$ 11,3 mil em 2023 (Gráfico 4).

O crescimento em Castanhal demonstra avanços significativos na eficiência e nos re-

sultados do setor agropecuário. A modernização de técnicas, melhor uso da terra e investimentos locais podem ter contribuído para esse salto produtivo. Comparado à RI e ao estado, Castanhal ultrapassou os demais com larga vantagem, consolidando-se como destaque regional. A RI do Guamá também avançou, embora em ritmo mais controlado, indicando um padrão intermediário de desempenho. O Pará, por sua vez, mostra que grande parte do estado ainda opera com produtividade relativamente baixa. A disparidade entre Castanhal e o estado reforça a necessidade de políticas de apoio técnico e inovação no setor agrícola estadual. Essa diferença pode representar oportunidades para replicar boas práticas locais em outras regiões (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 19,5 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

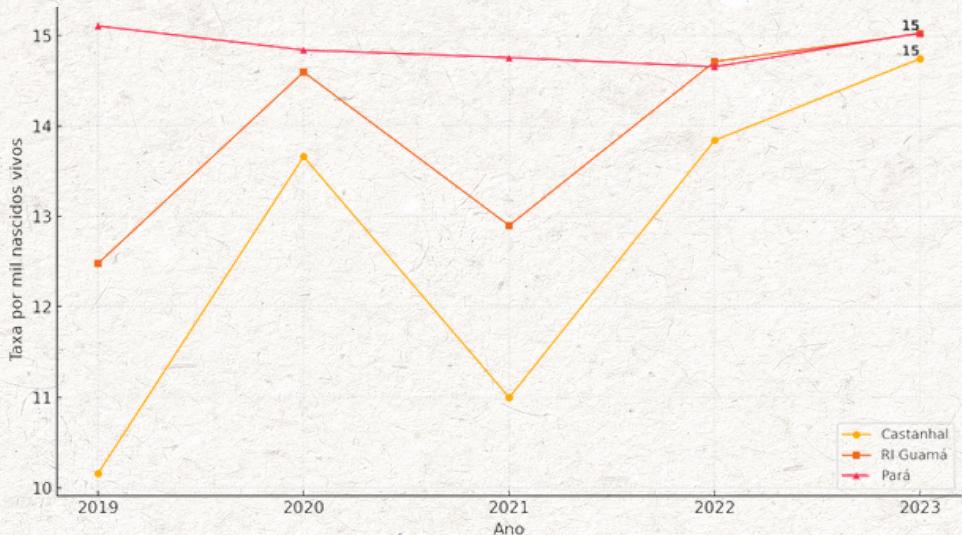
Castanhal iniciou o período com uma taxa de 10,2 por mil nascidos vivos em 2019, subindo consideravelmente para 13,7 em 2020. Em 2021 houve uma queda para 11,0, mas os valores voltaram a subir nos anos seguintes: 13,8 em 2022 e 15 em 2023. A RI Guamá apresentou aumento de 12,5 em 2019 para 14,6 em 2020, redução para 12,9 em 2021 e retomada para 14,7 em 2022, atingindo 15,0 em 2023. Já o estado do Pará partiu de 15,1 em 2019, com ligeiras quedas até 2021 (14,7), voltando a subir para 15,0 em 2023 (Gráfico 5).

A tendência mostra que, embora Castanhal tenha iniciado o período com desempenho mais favorável, aproximou-se dos valores regionais e estaduais ao final da série. O ano de 2021 foi o único momento de alívio consistente, possivelmente refletindo políticas locais específicas. A evolução nos anos seguintes revela aumento preocupante da mortalidade infantil, especialmente em Castanhal. A estabilização da RI Guamá e do estado em 15,0 indica um patamar persistentemente alto. A elevação generalizada em 2023 reforça a necessidade de medidas estruturais em saúde materno-infantil. Castanhal, em especial, perdeu a vantagem inicial frente aos demais territórios (Gráfico 5).





Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 15 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

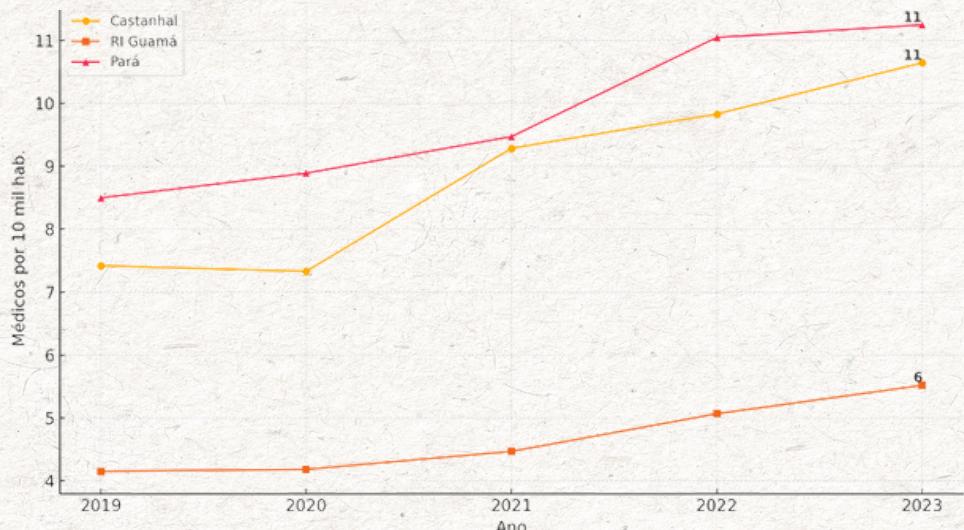
Em 2019, Castanhal apresentava 7,4 médicos por 10 mil habitantes, valor que se manteve praticamente estável em 2020, com leve queda para 7,3. A partir de 2021, houve um salto importante para 9,3, seguido de 9,8 em 2022 e 11 em 2023. A Região de Integração do Guamá iniciou o período em 4,2 médicos por 10 mil habitantes, mantendo esse nível em 2020, subindo gradualmente para 4,5 em 2021, 5,1 em 2022 e 6,0 em 2023. Já o estado do Pará saiu de 8,5 médicos por 10 mil habitantes em 2019 para 8,9 em 2020, atingindo 9,4 em 2021, 11,0 em 2022 e 11,2 em 2023 (Gráfico 6).

A evolução demonstra um avanço cons-

tante na oferta de médicos em todas as esferas, com destaque para Castanhal, que se aproximou do nível estadual ao final do período. Esse crescimento pode refletir políticas locais de fortalecimento da saúde básica, ampliação de concursos e programas de interiorização. A RI do Guamá, apesar da melhora, ainda apresenta a menor cobertura entre os três recortes, o que evidencia desigualdade na distribuição de profissionais. A média estadual cresceu de forma sólida, especialmente entre 2021 e 2022. O cenário aponta avanços, mas a diferença entre áreas urbanas e regiões mais periféricas persiste. (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.





ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Castanhal iniciou o período com 181 vagas por mil habitantes em 2019 e caiu para 178 em 2020, mantendo queda leve em 2021 (177). Em 2022, houve leve recuperação para 180, mas em 2023 o município registrou forte queda, encerrando em 161 vagas. A RI Guamá teve 217 vagas em 2019, caindo para 209 em 2020 e depois se recuperando até 215 em 2022, antes de cair para 190 em 2023. O Pará variou entre 211 em 2019 e 198 em 2023, também com alta em 2022 (219) (Gráfico 7).

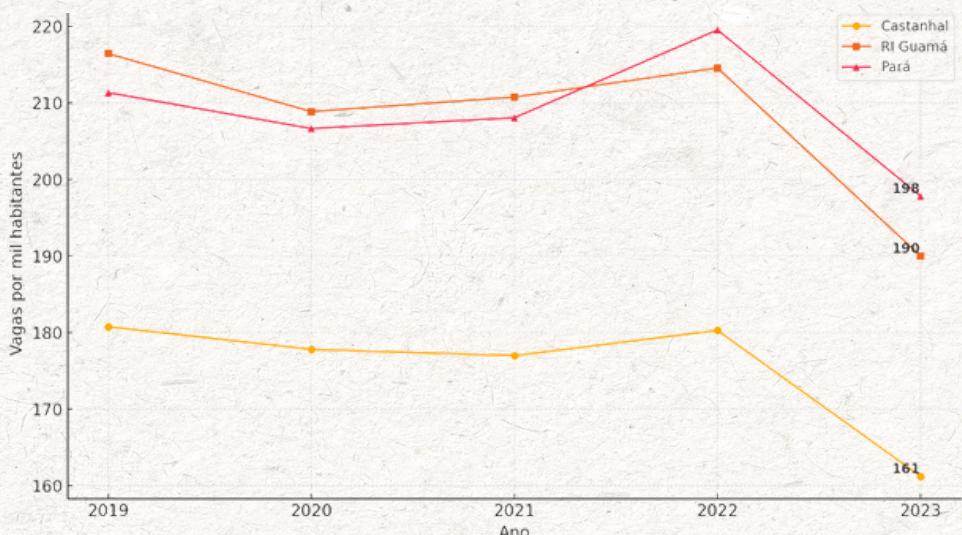
A trajetória revela que, embora houvesse uma recuperação em 2022, o último ano trouxe retração significativa

na oferta de vagas. Castanhal foi o município com a maior queda acumulada no período, saindo de 181 para 161 vagas, um recuo de mais de 10%. O recuo pode refletir fatores como redução de matrículas, fechamento de turmas ou contenção orçamentária. A RI Guamá e o estado também sofreram queda em 2023, o que sugere uma tendência mais ampla. A queda generalizada deve ser acompanhada de perto, pois pode comprometer a cobertura educacional. A expansão da rede e a manutenção da oferta de vagas são essenciais para garantir o acesso à educação pública (Gráfico 7).





Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 161 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

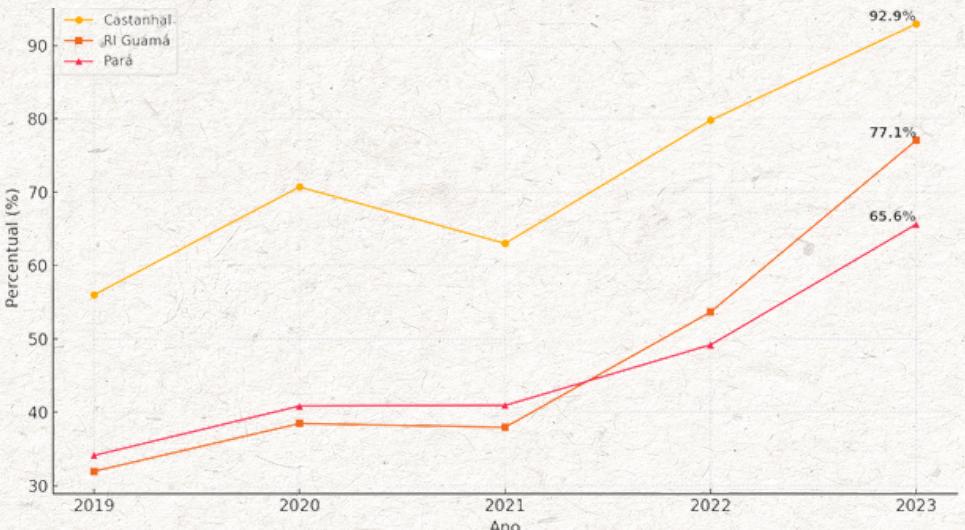
Castanhal partiu de 56,1% de escolas com acesso à internet em 2019, subiu para 70,3% em 2020 e oscilou para 63,2% em 2021. Em 2022, retomou o crescimento (79,8%) e alcançou 92,9% em 2023, maior valor entre os três recortes. A RI Guamá saiu de 32,2% em 2019 e alcançou 77,1% em 2023, com forte crescimento entre 2021 e 2022. O estado do Pará partiu de 34,1% em 2019 e fechou 2023 com 65,6%, também com aceleração recente (Gráfico 8).

Os dados revelam progresso expressivo na conectividade escolar, sobretudo a par-

tir de 2021, possivelmente impulsionado pela demanda por ensino remoto. Castanhal destaca-se como líder, com quase universalização do acesso à internet nas escolas. A RI Guamá seguiu trajetória ascendente, reduzindo sua defasagem. O estado como um todo melhorou, mas ainda permanece abaixo dos 70%. Esse avanço tem impactos diretos na qualidade do ensino e acesso a recursos digitais. A consolidação desse progresso depende agora de manutenção da infraestrutura e qualificação do uso pedagógico das tecnologias (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

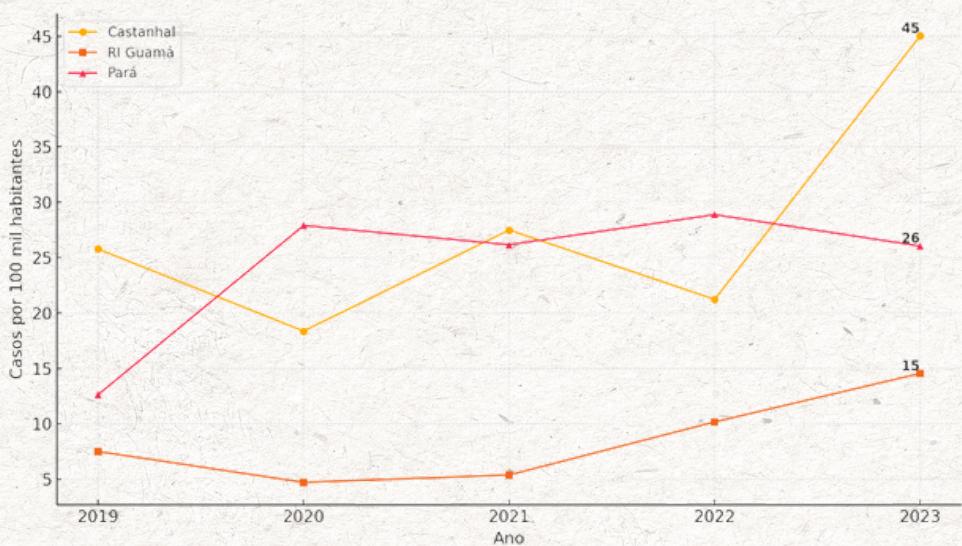


Em Castanhal, o indicador iniciou em 2019 com 25,7 casos por 100 mil habitantes e caiu para 18,5 em 2020. Em 2021, houve aumento para 27,4, seguido de nova queda para 21,3 em 2022. No entanto, em 2023, o município registrou crescimento alarmante para 45 casos, o maior da série. A RI Guamá variou de 7,5 em 2019, caindo para 4,4 em 2020, subindo gradualmente até 15 casos em 2023. O estado do Pará apresentou crescimento de 12,7 em 2019 para 28,0 em 2020, e, após flutuações, terminou com 26,0 em 2023 (Gráfico 9).



A trajetória em Castanhal revela instabilidade e um pico preocupante no último ano analisado. Esse aumento pode estar relacionado a melhorias nos mecanismos de denúncia, agravamento de situações de violência ou falhas na prevenção. A RI Guamá manteve patamar inferior, mas com crescimento contínuo desde 2021. O estado do Pará também apresentou elevação, mas de forma mais moderada que Castanhal. A elevação generalizada sinaliza necessidade de políticas mais eficazes de enfrentamento à violência de gênero. Investimentos em proteção, acolhimento e educação são urgentes para reverter a tendência (Gráfico 9).

**Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Castanhal x RI
Guamá x Pará (2019-2023)**



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 45 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

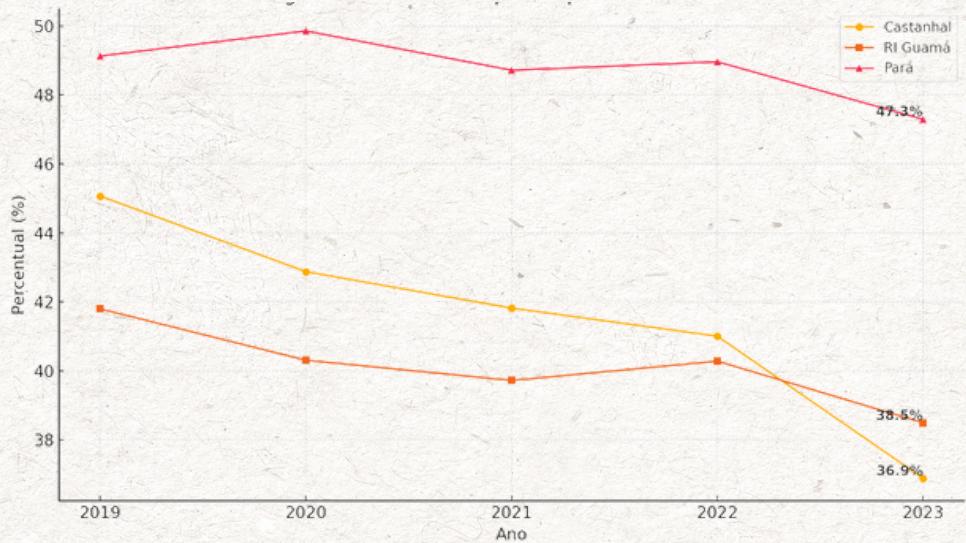
Em Castanhal, o percentual de mulheres em cargos gerenciais caiu de 45,0% em 2019 para 36,9% em 2023. O declínio foi gradual: 43,0% (2020), 41,8% (2021), 40,9% (2022), até atingir o valor mais baixo da série. A RI Guamá também apresentou tendência de queda: de 41,8% em 2019 para 38,5% em 2023, com pequena recuperação em 2022. Já o estado do Pará se manteve relativamente estável, oscilando entre 49,8% em 2020 e 47,3% em 2023 (Gráfico 10).





A queda persistente em Castanhal indica um retrocesso na equidade de gênero nas posições de liderança. A diminuição pode refletir obstáculos estruturais, exclusão de mulheres em cargos estratégicos ou falta de políticas de promoção de lideranças femininas. A RI Guamá seguiu padrão semelhante, enquanto o Pará conseguiu sustentar um patamar superior. O contraste evidencia disparidades locais que devem ser combatidas com ações afirmativas. A presença feminina nos cargos decisórios é essencial para ampliar a representatividade e estimular ambientes de trabalho mais diversos. Reverter essa tendência exige compromissos institucionais com a igualdade de oportunidades (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 36,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Em Castanhal, o percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto foi muito baixo ao longo de todo o período: 0,7% em 2019, 0,7% (2020), 0,8% (2021), 1,0% (2022) e recuo para 0,8% em 2023. Na RI Guamá, os valores variaram de 0,9% (2019) até 1,1% (2023), mantendo-se estagnados. Já o estado do Pará apresentou crescimento expressivo: 7,0% (2019), 7,6% (2020), 8,5% (2021), 10,9% (2022) e 11,5% (2023) (Gráfico 11).

Os dados revelam que Castanhal e sua região mantêm níveis extremamente baixos de atendimento à população de baixa renda no quesito esgotamento sanitário. A diferença em relação ao estado é ampla e crescente, evidenciando um cenário de negligência ou deficiência na priorização desse grupo social. O Pará, por outro lado, apresenta avanço contínuo, o que sugere investimentos mais robustos ou programas estaduais com maior abrangência. A estagnação local compromete a saúde pública e aprofunda desigualdades. É fundamental ampliar o alcance das redes de coleta, com prioridade para áreas vulneráveis, garantindo dignidade e saneamento básico como direito universal (Gráfico 11).

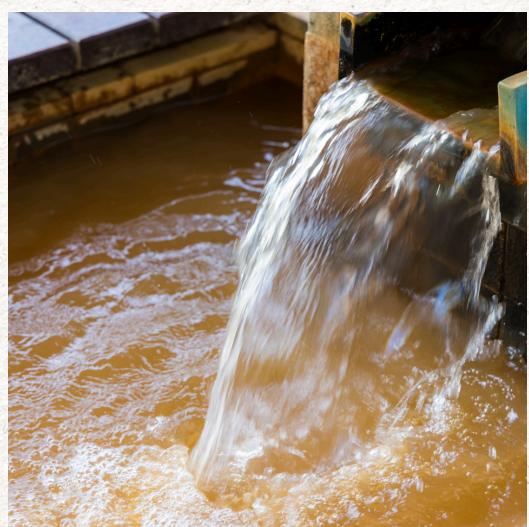
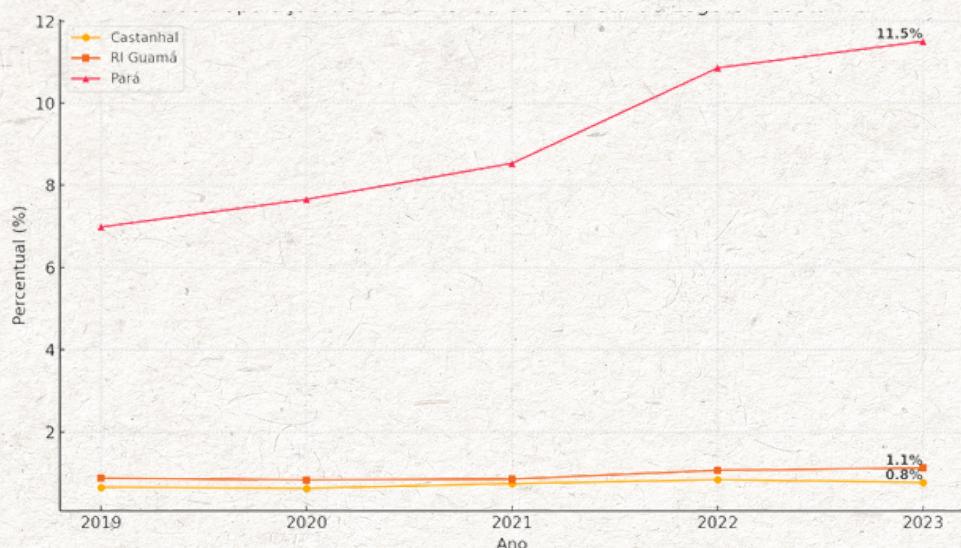




Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Castanhal manteve valor zerado em todos os anos analisados, de 2019 a 2023. Não houve registro de gasto per capita com saneamento básico, o que indica ausência de investimento direto ou falhas na contabilização orçamentária do município. A RI Guamá apresentou estabilidade nos primeiros anos: R\$ 16,0 em 2019, R\$ 16,3 em 2020, R\$ 15,8 em 2021, R\$ 16,6 em 2022 e queda para R\$ 11,1 em 2023. O estado do Pará teve evolução expressiva, indo de R\$ 79,8 em 2019 para R\$ 137,4 em 2023, com picos em 2020 (R\$ 113,3) e 2022 (R\$ 154,8) (Gráfico 12).

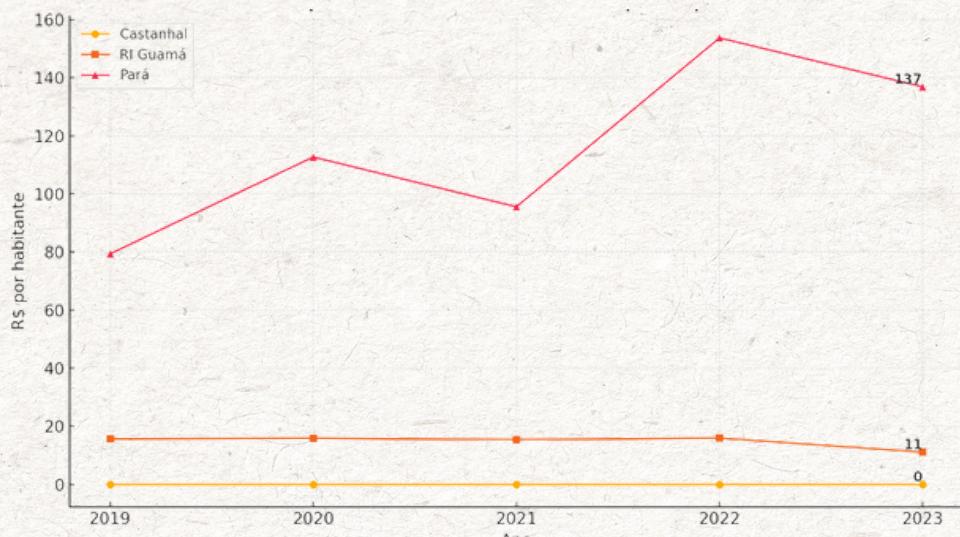
O contraste entre Castanhal e os demais níveis territoriais é

evidente. Enquanto o estado do Pará ampliou os investimentos por habitante em saneamento básico, e a RI Guamá manteve aportes regulares, Castanhal não direcionou recursos per capita nessa área em cinco anos consecutivos. A ausência de investimento compromete a infraestrutura urbana, a qualidade de vida e o cumprimento de metas de universalização do saneamento. A baixa cobertura de esgoto entre a população de baixa renda na cidade também reflete essa negligência orçamentária. É urgente que Castanhal integre o saneamento como prioridade na política pública e na alocação de recursos. (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

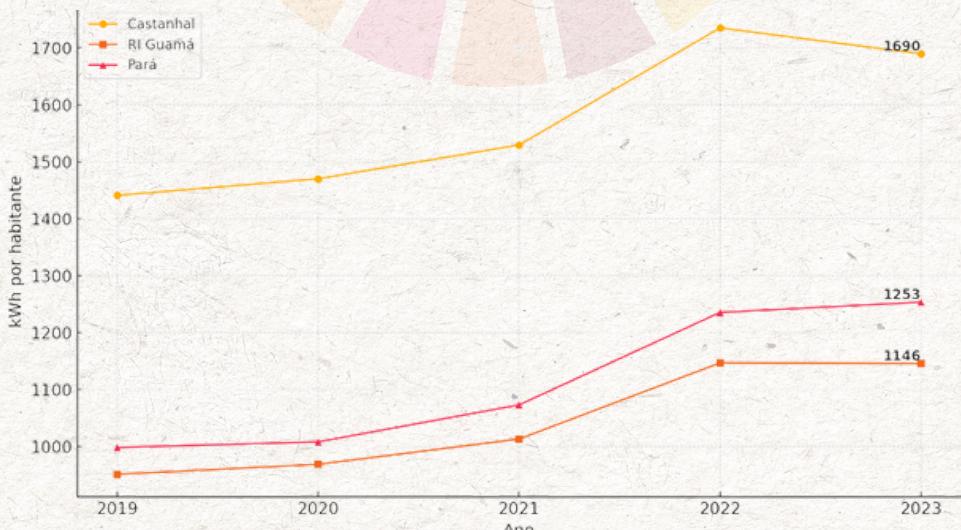


Em Castanhal, o consumo de energia elétrica per capita foi de 1.445 kWh/hab. em 2019, subindo para 1.470 em 2020 e 1.530 em 2021. O maior crescimento ocorreu em 2022, com um salto para 1.735 kWh/hab., seguido por uma leve redução em 2023, atingindo 1.690 kWh/hab. A RI do Guamá também apresentou aumento: de 950 em 2019 para 1.146 kWh/hab. em 2023. O estado do Pará cresceu de 1.000 para 1.253 kWh/hab. no mesmo intervalo (Gráfico 13).



Esses dados mostram que Castanhal manteve o maior consumo entre os três níveis territoriais ao longo de todo o período. A elevação até 2022 pode estar associada à urbanização, maior acesso à eletricidade e expansão do consumo residencial. Apesar da leve queda em 2023, o patamar continua elevado. A RI Guamá e o estado também evoluíram, mas permanecem abaixo dos mil e quinhentos kWh/hab., indicando desigualdades regionais. A tendência geral de crescimento aponta para avanços na universalização do fornecimento, mas também pode exigir atenção à sustentabilidade e à eficiência energética (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1.690 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

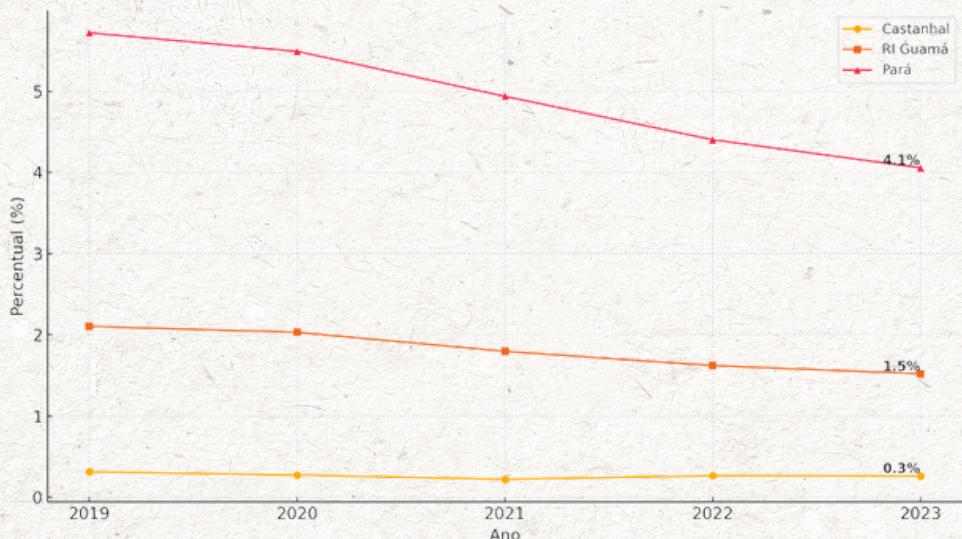
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Castanhal apresentou os menores percentuais do indicador durante todo o período, começando em 0,3% em 2019 e mantendo-se estável em 2023. Os dados mostram leve oscilação: 0,3% (2020), 0,2% (2021), 0,3% (2022) e novamente 0,3% (2023). A RI Guamá iniciou com 2,1% em 2019 e caiu para 1,5% em 2023. O estado do Pará apresentou redução mais significativa: de 5,7% em 2019 para 4,1% em 2023 (Gráfico 14).



A trajetória do indicador demonstra avanços no acesso à iluminação elétrica formal, principalmente em Castanhál, onde o uso de fontes fósseis é praticamente nulo. A RI Guamá e o estado do Pará apresentam percentuais maiores, embora também em queda, o que sugere melhora na infraestrutura de energia mesmo nas populações mais vulneráveis. A redução contínua do uso de iluminação precária reflete o avanço de políticas de eletrificação e inclusão energética. No entanto, as disparidades ainda existentes reforçam a necessidade de ações direcionadas para populações rurais e isoladas. A erradicação completa da iluminação fóssil deve ser uma prioridade nas agendas sociais e ambientais (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Castanhál x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



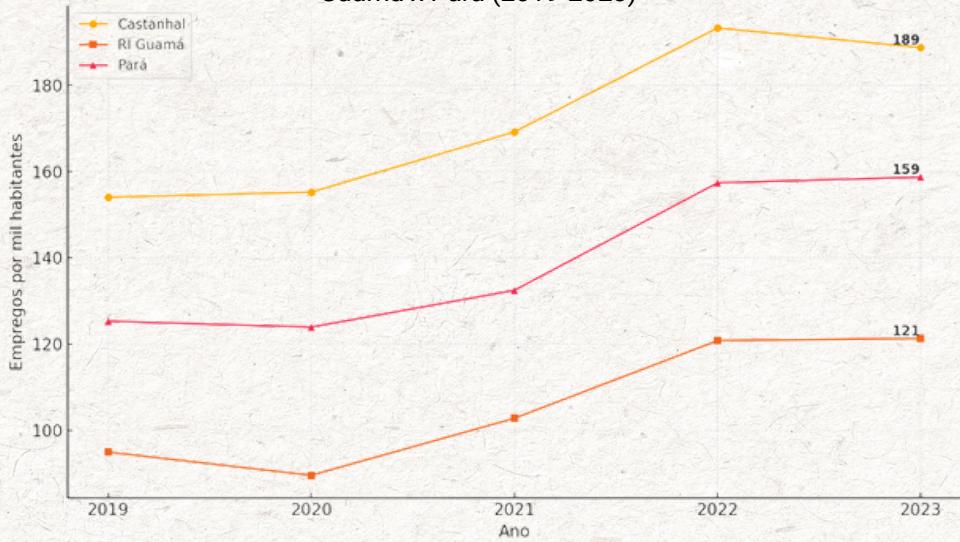
Em Castanhal, o número de empregos formais por mil habitantes subiu de 154,4 em 2019 para 155,6 em 2020, mantendo relativa estabilidade inicial. A partir de 2021, observa-se uma aceleração com 169,8, atingindo pico de 192,2 em 2022, seguido por leve recuo para 189,0 em 2023. Esse crescimento de 34,6 empregos por mil habitantes no período representa um avanço expressivo no mercado formal local. Já na RI Guamá, o índice partiu de 95,0 em 2019, caiu para 89,2 em 2020, e posteriormente avançou para 102,7 (2021), 121,0 (2022) e manteve-se em 121,0 em 2023, indicando retomada moderada, porém contínua, após a queda inicial (Gráfico 15).

Empregos Formais por Mil Habitantes

No estado do Pará, o indicador apresentou leve queda entre 2019 (125,7) e 2020 (124,6), seguido de crescimento sucessivo até 159,1 em 2023. Isso revela uma tendência estadual de formalização do mercado de trabalho, com incremento de 33,4 empregos por mil habitantes ao longo do quinquênio. Comparando os territórios, Castanhal manteve-se acima da média estadual em todos os anos, demonstrando melhor desempenho na geração de empregos formais. A RI Guamá, apesar de ainda registrar os menores valores entre os três recortes, mostrou esforço de recuperação, especialmente entre 2020 e 2022 (Gráfico 15).



**Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Castanhal x RI
Guamá x Pará (2019-2023)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 189 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

O PIB per capita de Castanhal cresceu de R\$ 19.703 em 2018 para R\$ 25.104 em 2022, revelando uma evolução contínua. Entre 2018 e 2019, o aumento foi discreto (R\$ 19.703 para R\$ 20.107), seguido de alta mais significativa nos anos seguintes: R\$ 21.122 (2020), R\$ 22.961 (2021) e o valor máximo de R\$ 25.104 em 2022. Isso representa um crescimento acumulado de 27,4% no período, indicando fortalecimento da atividade econômica local. A RI Guamá, por sua vez, partiu de R\$ 12.463 em 2018, manteve-se estável



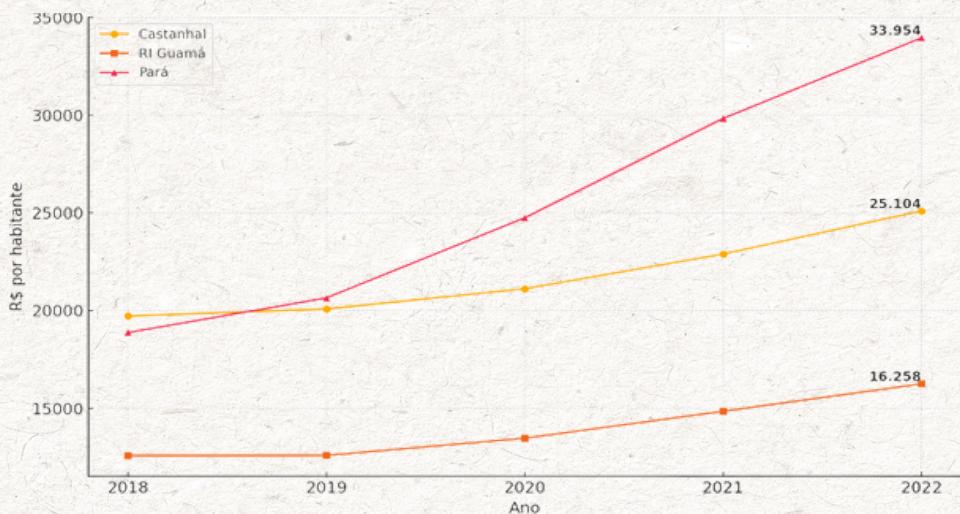
até 2019, e progrediu para R\$ 13.454 (2020), R\$ 14.869 (2021) e R\$ 16.258 (2022), totalizando crescimento de 30,5% (Gráfico 16).

Já o Pará apresentou avanço mais expressivo, com o PIB per

capita saltando de R\$ 18.994 (2018) para R\$ 33.954 (2022), um aumento de 78,8%. Os marcos foram R\$ 20.546 (2019), R\$ 24.712 (2020), R\$ 29.823 (2021) e, finalmente, R\$ 33.954. Esse crescimento robusto, muito acima das demais regiões analisadas, reflete o desempenho de setores específicos com grande peso na economia estadual. Castanhal se manteve acima da média da RI Guamá, porém perdeu terreno relativo diante da aceleração do crescimento no estado como um todo (Gráfico 16).



Gráfico 16 - PIB per capita, Castanhal x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 25.104/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



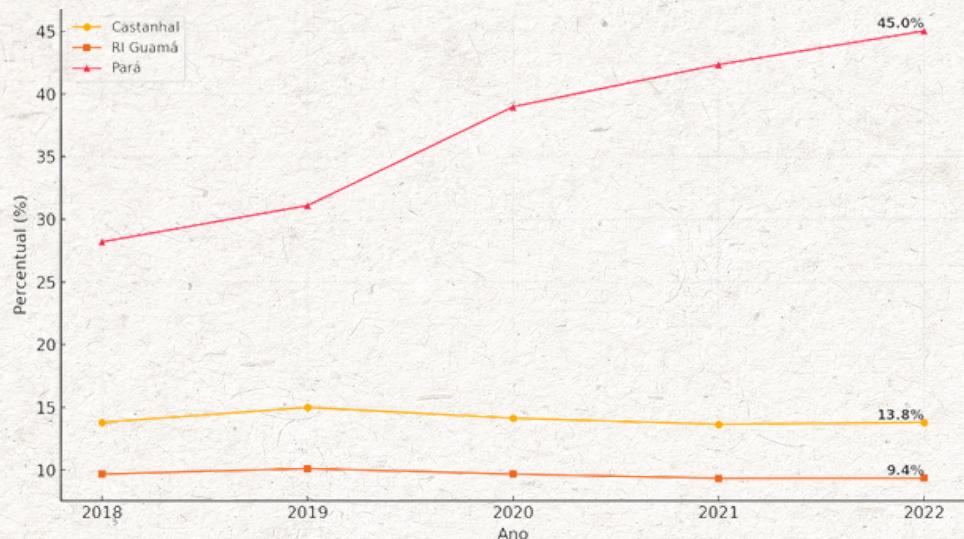
Em Castanhal, o valor adicionado da indústria representava 13,7% do PIB em 2018, subiu para 14,9% em 2019, e após isso sofreu ligeiras quedas: 14,0% (2020), 13,4% (2021), e fechou 2022 em 13,8%. Apesar da oscilação, o índice manteve-se em patamar relativamente constante, indicando estabilidade na contribuição da indústria local. A RI Guamá iniciou com 9,6% em 2018, aumentou levemente para 10,0% em 2019, mas reduziu-se nos anos seguintes: 9,6% (2020), 9,2% (2021), e 9,4% em 2022. Isso demonstra certa estagnação do setor industrial na região (Gráfico 17).

No estado do Pará, no entanto, o comportamento foi de forte crescimento: de 28,4% em 2018, subiu para 31,2% em 2019, depois 39,0% em 2020, 42,4% em 2021, e atingiu 45,0% em 2022. Esse avanço expressivo (16,6 pontos percentuais) revela o papel decisivo da indústria na expansão do PIB estadual, puxado provavelmente por setores extractivos e metalúrgicos. Assim, enquanto Castanhal e RI Guamá mostram baixa representatividade e estabilidade na participação industrial, o estado apresenta uma industrialização em expansão, refletindo fortes disparidades entre os níveis territoriais (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Castanhal x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Castanhal, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes passou de 8,1 em 2019 para 7,9 em 2020, retomando o crescimento nos anos seguintes: 10,6 em 2021, 11,2 em 2022 e 12 em 2023. Esse aumento representa uma variação positiva de 43% entre o início e o fim do período. A RI Guamá teve comportamento similar: iniciou com 7,5 em



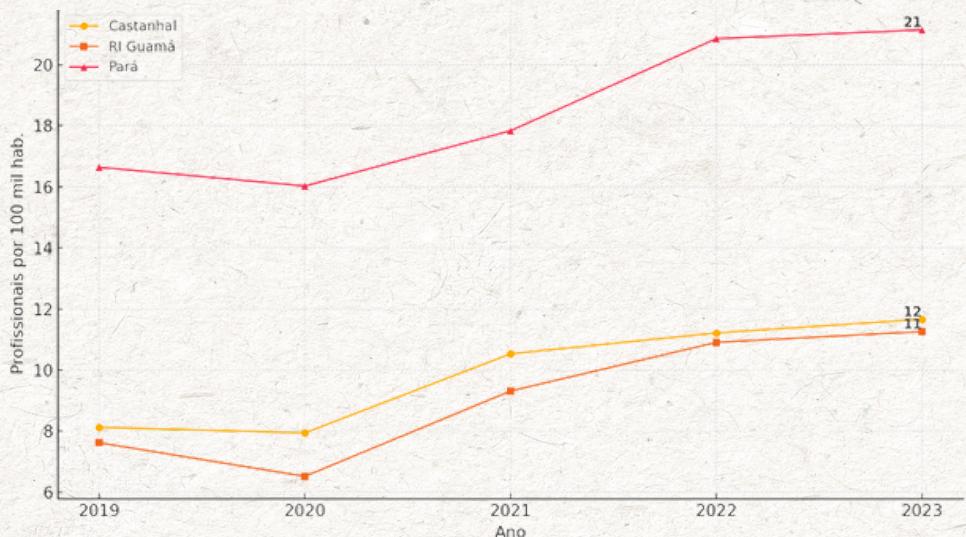
2019, caiu para 6,5 em 2020, mas subiu para 9,3 em 2021, 10,9 em 2022 e alcançou 11,2 em 2023. Embora os níveis sejam um pouco inferiores aos de Castanhal, houve aproximação entre os dois territórios (Gráfico 18).



Já o estado do Pará partiu de um patamar mais elevado, com 16,7 em 2019, apresentando leve recuo para 16,1 em 2020. A partir de 2021, houve crescimento expressivo: 17,8 (2021), 20,9 (2022) e 21,1 (2023), totalizando um aumento de 4,4 profissionais por 100 mil habitantes no período. Isso indica um reforço contínuo na presença de profissionais científicos em nível estadual. Em comparação, Castanhal e RI Guamá apresentam valores mais modestos, mas com tendência de crescimento e redução da distância frente à média estadual (Gráfico 18).



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles



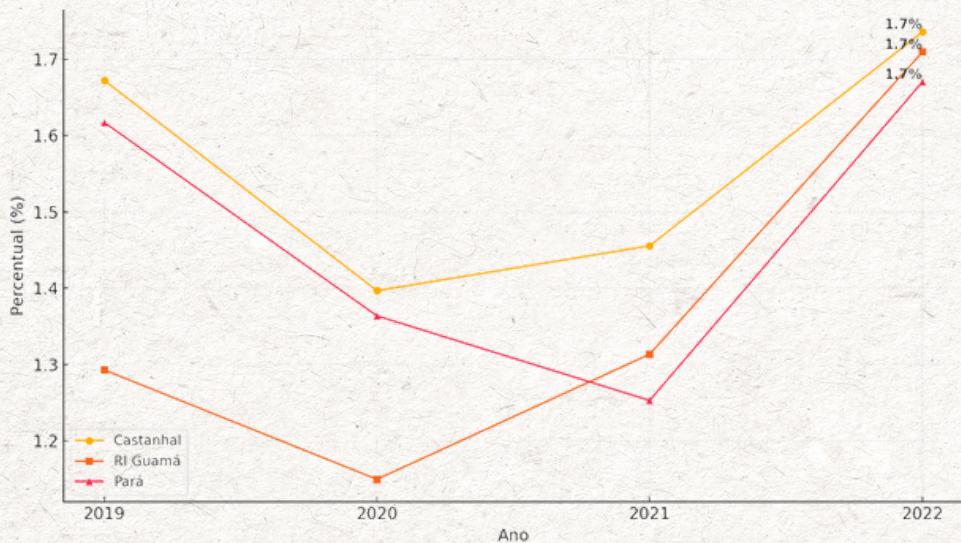


Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Em Castanhal, a massa salarial dos vínculos formais representava 1,67% do PIB em 2019, caindo para 1,40% em 2020. A partir de então, o indicador voltou a crescer: 1,46% em 2021 e 1,70% em 2022. Isso demonstra uma retomada econômica após o impacto inicial da pandemia, culminando com recuperação e superação do patamar inicial. A RI Guamá seguiu trajetória semelhante: começou com 1,29% (2019), recuou para 1,14% (2020), e depois subiu para 1,32% (2021) e 1,70% em 2022, igualando Castanhal no valor final (Gráfico 19).

No estado do Pará, o indicador iniciou em 1,62% (2019), também sofreu redução para 1,36% (2020) e atingiu o ponto mais baixo em 2021, com 1,25%. No entanto, em 2022 houve expressiva recuperação, chegando a 1,70%. Observa-se, portanto, um comportamento semelhante nas três esferas territoriais, com declínio em 2020, leve instabilidade em 2021 e recuperação consolidada em 2022. O alinhamento nos valores finais (todos com 1,7%) sugere equilíbrio entre produção e remuneração formal na economia estadual e local (Gráfico 19).

**Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB),
Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2022)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

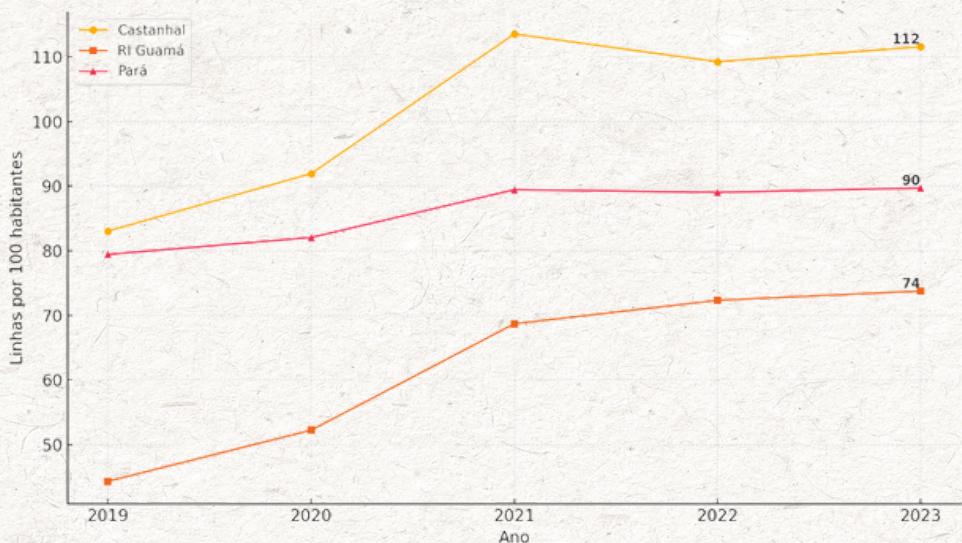
Castanhal apresentou crescimento contínuo no acesso à telefonia móvel, passando de 83 linhas por 100 habitantes em 2019 para 92 em 2020 e 114 em 2021. Houve pequena retração em 2022 (109), seguida de leve recuperação em 2023, com 112 linhas por 100 habitantes. Isso representa um acréscimo de 29 linhas no período, indicando melhora significativa no acesso. Na RI Guamá, o avanço foi de 44 (2019) para 74 linhas (2023), com destaque para o salto entre 2020 (52) e 2021 (69). Já o estado do Pará cresceu mais modestamente, de 80 (2019) para 90 (2023), mantendo certa estabilidade após 2021 (Gráfico 20).

O desempenho de Castanhal foi o mais expressivo entre os três recortes, superando amplamente a média estadual desde 2020. A RI Guamá, apesar de ter iniciado com a menor taxa, reduziu essa distância ao longo dos anos. A estabilidade no indicador do Pará (entre 89 e 90 de 2021 a 2023) contrasta com o dinamismo observado em Castanhal. Esse cenário sugere investimentos pontuais mais robustos em infraestrutura de telecomunicação no município, o que pode refletir também maior urbanização ou demanda local por conectividade (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 112 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

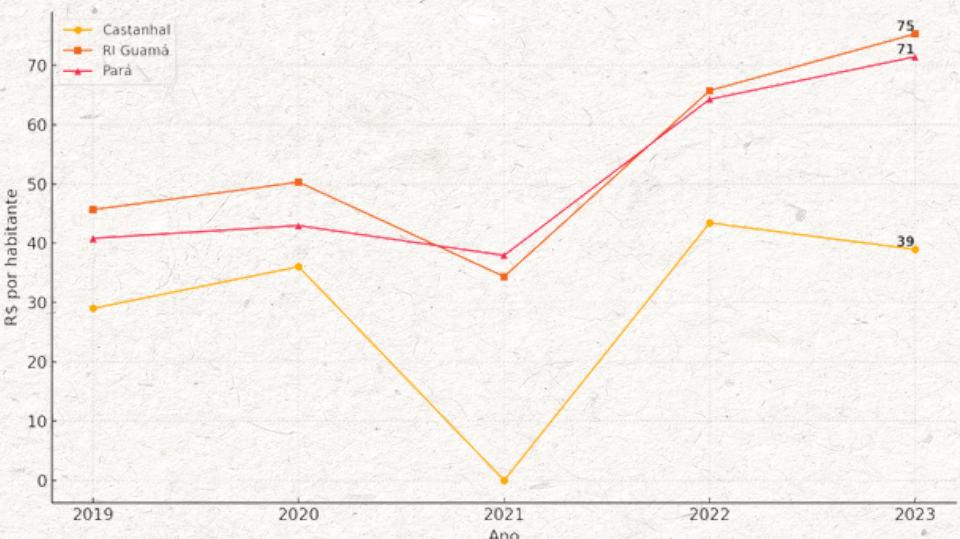
Em Castanhal, a despesa per capita foi de R\$ 29 em 2019 e aumentou para R\$ 36 em 2020. Em 2021, houve queda abrupta para praticamente R\$ 0, seguida de forte recuperação em 2022 (R\$ 43) e recuo para R\$ 39 em 2023. Essa oscilação indica descontinuidade na execução orçamentária ou redirecionamento de recursos. A RI Guamá teve desempenho mais estável: partiu de R\$ 46 (2019), subiu a R\$ 50 (2020), caiu para R\$ 35 (2021), e cresceu para R\$ 65 (2022) e R\$ 75 (2023), mantendo trajetória ascendente. O Pará, por sua vez, passou de R\$ 40 (2019) para R\$ 71 (2023),

com queda apenas em 2021 (R\$ 38) (Gráfico 21).

Comparando os territórios, Castanhal demonstrou maior instabilidade, enquanto a RI Guamá e o estado do Pará tiveram crescimentos consistentes a partir de 2021. A diferença entre os extremos R\$ 0 em 2021 e R\$ 43 em 2022 indica vulnerabilidade na continuidade das políticas públicas culturais e ambientais no município. Em 2023, Castanhal se manteve abaixo da média estadual (R\$ 39 contra R\$ 71), o que pode sinalizar menor prioridade institucional ao tema ou limitações fiscais locais (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 39/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.





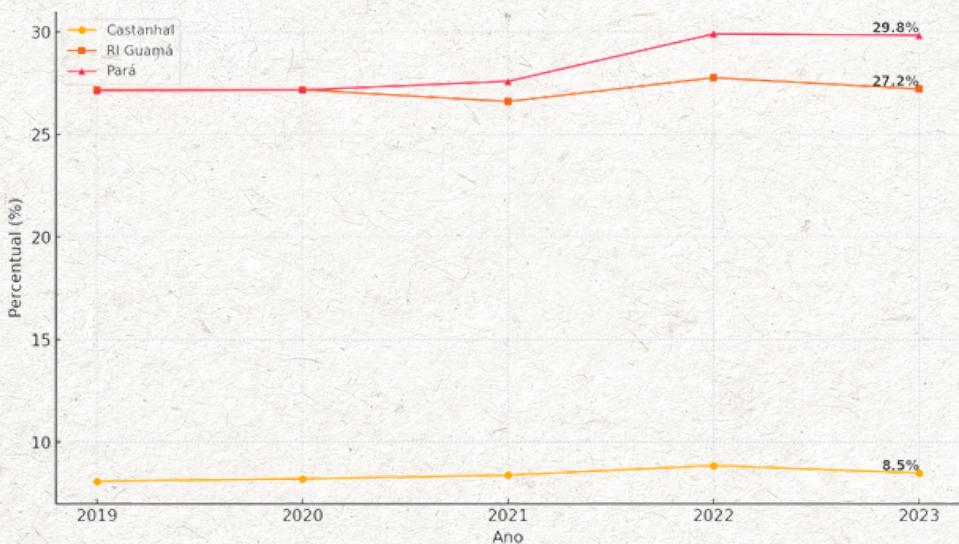
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

O município de Castanhal manteve percentuais baixos ao longo do período, com valores de 8,0% em 2019, 8,1% (2020), 8,3% (2021), 8,8% (2022) e pequena queda para 8,5% em 2023. Isso revela relativa estabilidade e bom desempenho em termos de descarte adequado de resíduos sólidos entre a população de baixa renda. Na RI Guamá, os valores foram consideravelmente mais altos: 27,1% (2019), mantendo-se próximos até 2021, crescendo para 27,9% (2022) e encerrando em 27,2% (2023). Já o estado do Pará partiu de 27,1% em 2019 e subiu gradativamente até

atingir 29,8% em 2023 (Gráfico 22).

Enquanto Castanhal se destaca positivamente, mantendo o índice abaixo de 10% durante todo o período, a RI Guamá e o Pará permanecem com taxas quase três vezes maiores. A tendência de crescimento estatudal, especialmente entre 2021 e 2022, aponta para déficits estruturais nos serviços de coleta e descarte de resíduos em áreas mais vulneráveis. O contraste com Castanhal pode ser reflexo de políticas locais mais eficazes ou de condições urbanas mais favoráveis ao atendimento da população (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

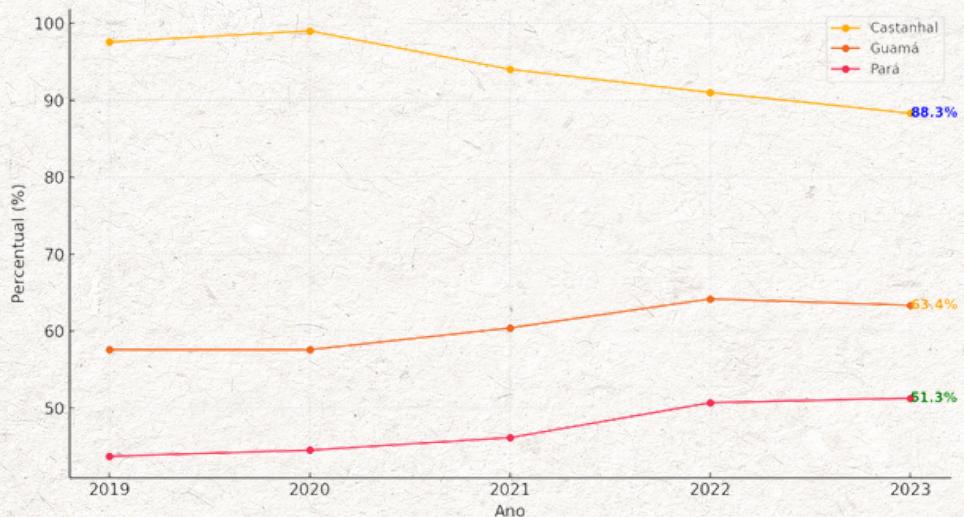


População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Castanhal iniciou 2019 com 97,6% da população de baixa renda utilizando fossa rudimentar, subindo para 98,6% em 2020. A partir de então, houve recuo: 94,1% (2021), 91,0% (2022), e 88,3% em 2023, uma redução de mais de 10 pontos percentuais desde o pico. Apesar da melhora, os valores ainda são extremamente altos. Na RI Guamá, o indicador passou de 57,6% (2019) para 63,4% (2023), mantendo tendência ascendente. Já o Pará apresentou redução consistente: de 43,6% (2019) para 51,3% em 2023, com o maior salto entre 2021 e 2022 (Gráfico 23).

Embora tenha registrado melhora, Castanhal continua com o percentual mais elevado entre os três recortes, evidenciando a precariedade no saneamento básico da população mais pobre. A tendência oposta observada na RI Guamá e no estado com elevação no uso de fossas contrasta com os avanços locais. Ainda assim, o patamar extremamente elevado de Castanhal indica que, apesar dos avanços, a infraestrutura de esgotamento sanitário permanece um grave desafio estrutural no município, exigindo políticas públicas robustas e contínuas (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 88,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



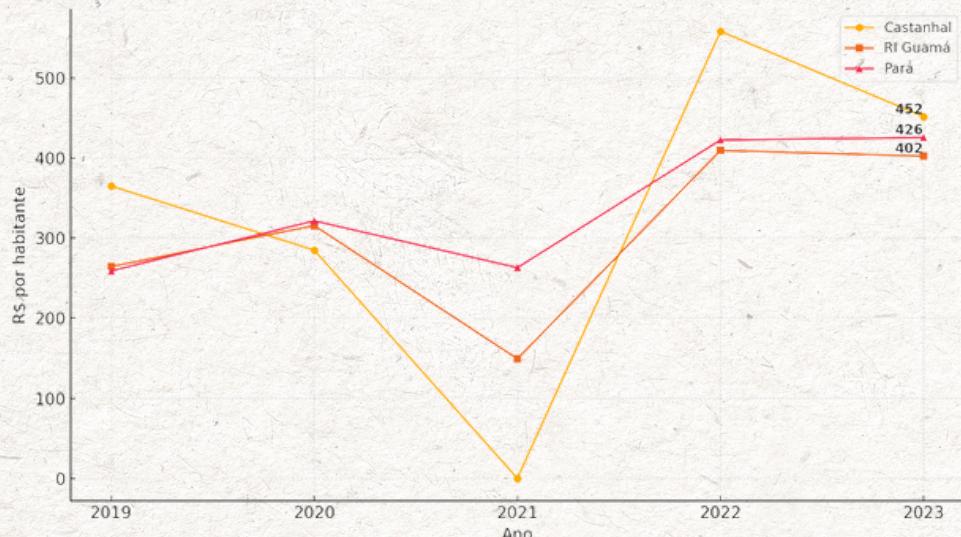
Gastos per capita com prevenção de desastres

Entre 2019 e 2023, Castanhal apresentou grande oscilação nos gastos per capita com prevenção de desastres. Em 2019, o valor era de R\$ 367 por habitante, caindo para R\$ 286 em 2020 e despencando para R\$ 0 em 2021. A partir de 2022, houve forte recuperação, com um pico de R\$ 550 e, em seguida, uma leve redução para R\$ 452 em 2023. Na Região de Integração (RI) Guamá, o comportamento foi mais estável, com valores entre R\$ 261 (2019) e R\$ 402 (2023), destacando-se o crescimento entre 2021 e 2022, de R\$ 149 para R\$ 412. No estado do Pará, os valores seguiram padrão semelhante ao da RI, crescendo de R\$ 259 (2019) para R\$ 425,6 em 2023 (Gráfico 24).



Essa trajetória indica uma recuperação dos investimentos após um ano de virtual ausência de recursos no município. O salto de Castanhal entre 2021 e 2022, com alta de mais de R\$ 550 por habitante, revela uma possível priorização emergencial no setor, talvez em resposta a eventos críticos. Já a RI Guamá e o estado do Pará mantiveram certa estabilidade, com investimentos mais consistentes e ascendentes ao longo dos anos. Em 2023, os três níveis territoriais convergiram para valores elevados, sinalizando maior atenção ao tema. Castanhal, porém, liderou em termos de gastos absolutos per capita (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres,
Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 452/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14: Despesa per capita com preservação aquática**.

Despesa per capita com preservação aquática

No indicador de despesas com preservação aquática, Castanhal apresenta valores extremamente baixos ao longo do período. Em 2019, os gastos foram de R\$ 0, subindo discretamente para R\$ 2 em 2020 e mantendo esse valor nos anos seguintes, até 2023. A RI Guamá também registrou baixos investimentos, começando em R\$ 0, passando para R\$ 4 em 2020, e alcançando R\$ 44 em 2023, com aumento significativo a partir de 2022. Já o estado do Pará investiu consideravelmente mais, iniciando com R\$ 183 em 2019, subindo para R\$ 276 em 2020, reduzindo para R\$ 222 em 2021, depois R\$ 178 em 2022 e atingindo R\$ 287 em 2023 (Gráfico 25).

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



A discrepância entre os níveis territoriais evidencia a desigualdade na alocação de recursos para essa área. Castanhal praticamente não investiu em preservação aquática ao longo do período analisado, o que pode indicar uma ausência de políticas públicas específicas para o setor. A RI Guamá começou a demonstrar esforços apenas a partir de 2022, com crescimento de R\$ 22 para R\$ 44 em 2023. Já o estado do Pará sustentou um nível elevado de investimento, oscilando mas sempre acima de R\$ 175 por habitante. Isso revela uma atuação mais estruturada em nível estadual, contrastando com a negligência municipal (Gráfico 25).



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 2/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

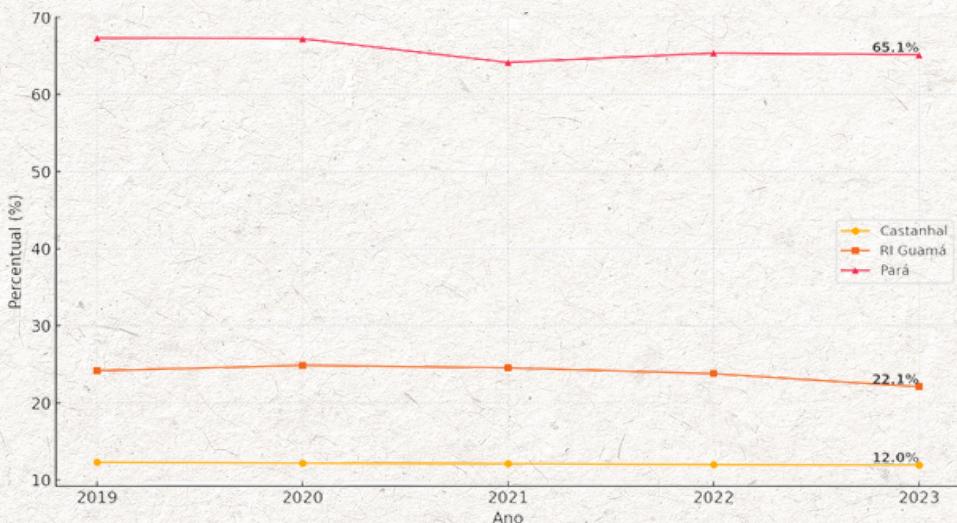
O município de Castanhal manteve praticamente constante o percentual de área florestal em relação à sua área total ao longo do período. Em 2019, o índice era de 12,2%, mantendo-se em 12,1% até 2022 e encerrando 2023 com 12,0%, uma leve redução. A RI Guamá iniciou com 24,2% em 2019, atingiu 25,0% em 2020 e caiu para 22,1% em 2023. No estado do Pará, os percentuais também apresentaram leve recesso: de 67,7% em 2019 para 65,1% em 2023. A variação, apesar de discreta, indica uma tendência de perda de cobertura florestal (Gráfico 26).

Esses dados sugerem que,

embora a floresta ainda cubra grande parte do território paraense, há um declínio contínuo na sua proporção. Castanhal se destaca negativamente por ter o menor percentual de cobertura florestal apenas 12% em 2023. A RI Guamá teve redução de 3 pontos percentuais no período, o que pode refletir ações de desmatamento ou expansão urbana. Já o estado do Pará, mesmo com grande cobertura, mostra uma preocupação relevante, pois a perda de florestas, ainda que gradual, pode impactar negativamente a biodiversidade, o clima regional e o equilíbrio ecológico (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

O indicador de área desmatada mostra valores inversos aos de floresta. Castanhal apresenta um percentual extremamente elevado de desmatamento: 88,5% em 2019, mantendo-se constante até 2022, com leve aumento para 88,7% em 2023. A RI Guamá iniciou com 68,6%, mantendo esse nível até 2021, caindo para 65,2% em 2022 e voltando a 68,7% em 2023. O estado do Pará, por outro lado, manteve-se entre 21,4% (2019) e 23,2% (2023), com crescimento moderado (Gráfico 27).

Os dados de Castanhal são alarmantes, indicando que qua-

se 90% de seu território encontra-se desmatado, com estabilidade nesse patamar ao longo de cinco anos. Isso evidencia um cenário de degradação ambiental consolidada. A RI Guamá, apesar de níveis altos, mostra certa oscilação e possibilidade de reversão. No estado do Pará, a evolução é menos crítica, mas ainda preocupante, dado o aumento gradual da área desmatada. O contraste entre os níveis mostra que as ações de conservação têm efetividade distinta conforme o nível territorial, sendo urgentes medidas no município de Castanhal (Gráfico 27).

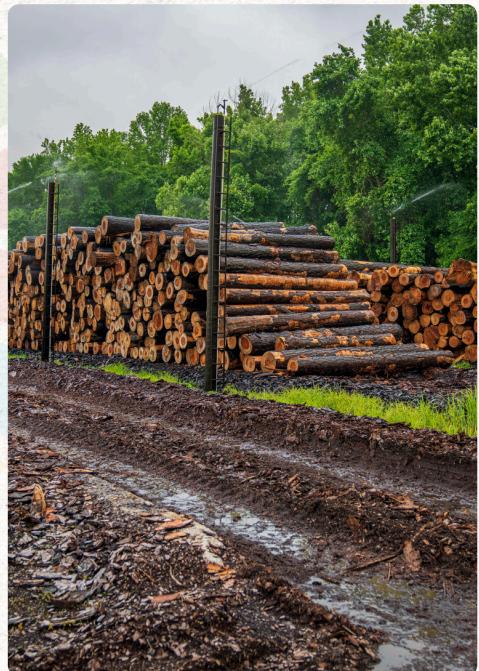
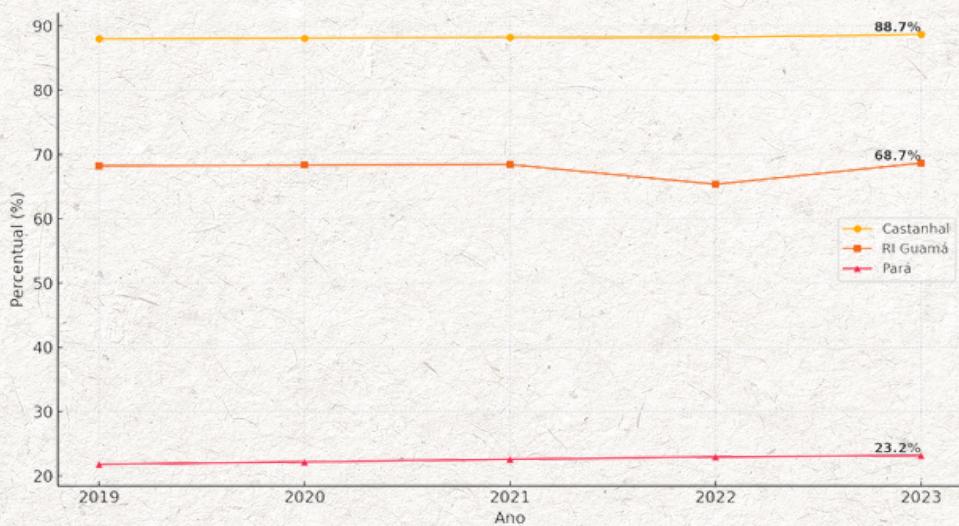


Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 88,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



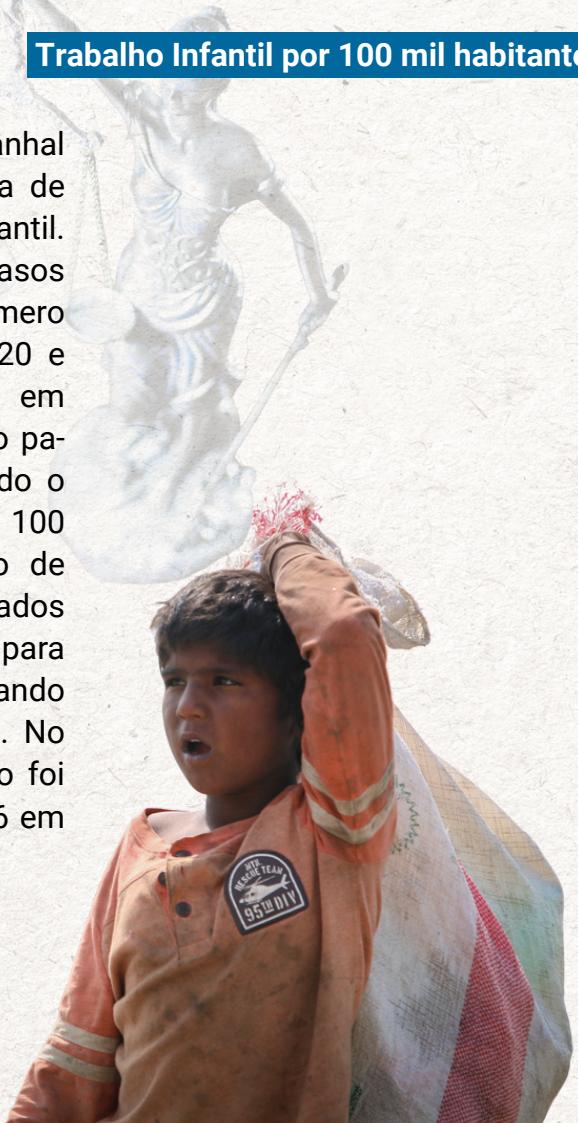
ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, Castanhal apresentou uma tendência de redução do trabalho infantil. Em 2019, registrava 5,4 casos por 100 mil habitantes, número que caiu para 2,2 em 2020 e permaneceu constante em 2021. Houve leve aumento para 3,0 em 2022, encerrando o período com 1,1 caso por 100 mil em 2023. Na Região de Integração Guamá, os dados foram de 32,2 em 2019 para 7,2 em 2023, representando uma queda de 25 pontos. No estado do Pará, a redução foi de 39,4 em 2019 para 10,6 em 2023 (Gráfico 28).

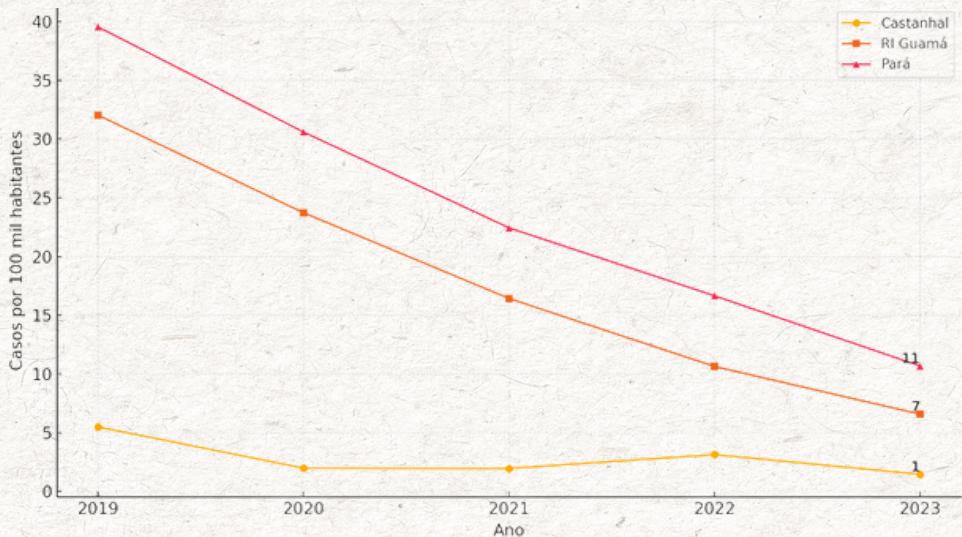


Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Essa trajetória demonstra avanços significativos no combate ao trabalho infantil, especialmente nos níveis regional e estadual. Castanhal, embora apresente números absolutos mais baixos, mantém estabilidade em patamares já reduzidos, o que pode indicar boas práticas anteriores. A queda expressiva na RI Guamá e no estado reflete políticas públicas mais efetivas e fiscalização intensificada. O recuo contínuo nas três escalas sinaliza alinhamento entre esferas de governo na priorização da erradicação do trabalho infantil como meta de desenvolvimento social (Gráfico 28).



Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

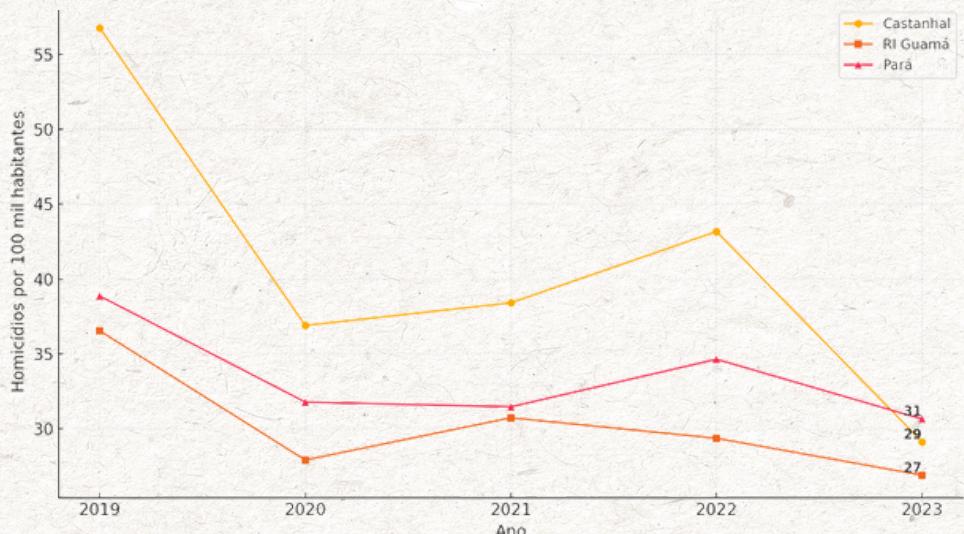
Castanhal apresentou variações marcantes na taxa de homicídios ao longo do período. Em 2019, o município registrava 56,8 homicídios por 100 mil habitantes, caindo drasticamente para 36,9 em 2020. Em 2021, houve leve alta para 38,6, seguida de novo aumento em 2022, atingindo 43,4, antes de reduzir novamente para 29,7 em 2023. A RI Guamá teve trajetória mais estável, indo de 36,6 (2019) para 27,1 (2023), enquanto o estado do Pará caiu de 39,1 para 30,7 no mesmo intervalo (Gráfico 29).

A forte oscilação em Castanhal sugere ins-

tabilidade na segurança pública local, com picos de violência intercalados por períodos de controle mais efetivo. A queda final para menos de 30 homicídios por 100 mil é positiva, porém oscilante, em contraste com a tendência de queda mais consistente nas escalas estadual e regional. O desempenho da RI Guamá, que encerra o período com o menor índice entre os três níveis, pode indicar políticas públicas mais sustentáveis na redução da criminalidade. O estado do Pará, por sua vez, caminha em direção à estabilização com quedas graduais (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 29 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





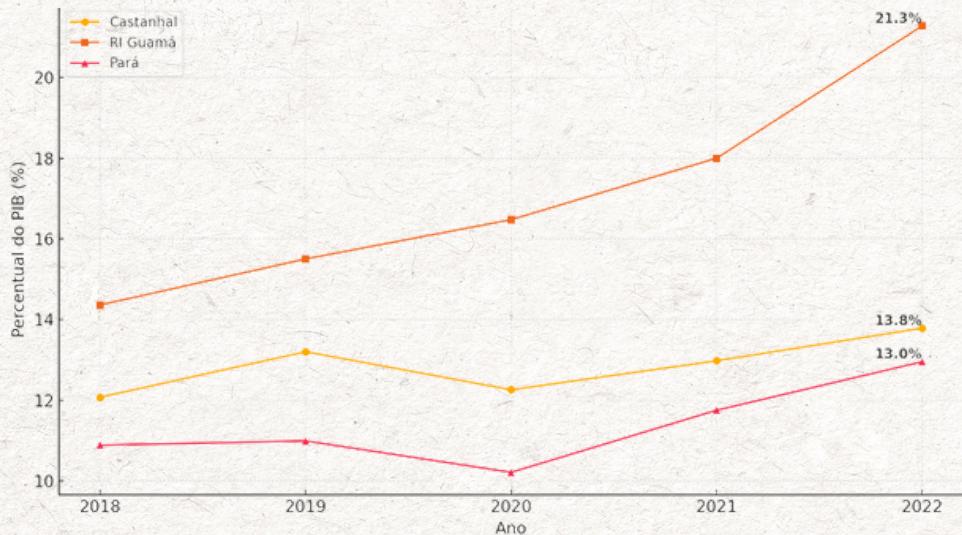
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

O município de Castanhal registrou aumento progressivo nos gastos públicos em relação ao PIB ao longo do período. Em 2018, o percentual era de 12,0%, subindo para 13,2% em 2019. Após leve recuo para 12,3% em 2020, houve nova elevação para 13,0% em 2021, encerrando com 13,8% em 2022. A Região de Integração (RI) Guamá teve crescimento contínuo e mais acentuado, iniciando com 14,4% em 2018 e atingindo 21,3% em 2022. Já o estado do Pará partiu de 11,0%, recuou para 10,3% em 2020, e depois subiu até 13,0% em 2022 (Gráfico 30).

Esses dados revelam um esforço gradual de Castanhal para ampliar a participação do gasto

público no PIB, com destaque para os dois últimos anos, quando ultrapassou a média estadual. A RI Guamá apresenta desempenho muito superior, com expansão de quase 7 pontos percentuais, sugerindo forte dinamismo das administrações municipais da região. O Pará, embora com recuperação visível em 2021 e 2022, permanece com nível abaixo da RI Guamá e em patamar próximo a Castanhal. O indicador, nesse contexto, reflete a intensidade dos investimentos públicos em relação à economia local e pode ser usado como medida de comprometimento fiscal com políticas públicas (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Castanhal x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



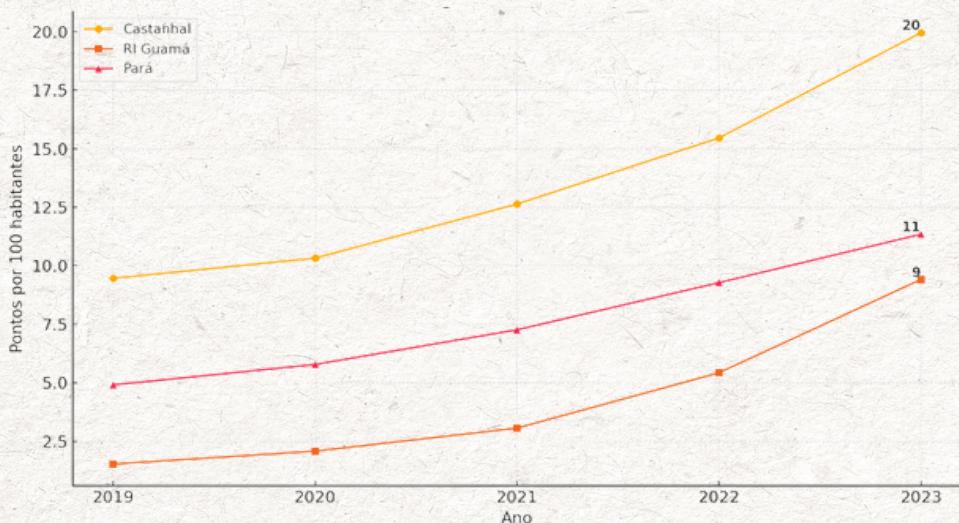
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

O acesso à banda larga fixa cresceu de forma contínua entre 2019 e 2023 em todas as esferas analisadas. Castanhal partiu de 9,5 pontos por 100 habitantes em 2019, avançou para 10,3 em 2020, 12,8 em 2021, 15,5 em 2022 e alcançou 20 pontos em 2023. A RI Guamá também registrou melhora, saindo de 1,6 em 2019 e encerrando com 9,0 em 2023, com aceleração notável a partir de 2021. O estado do Pará acompanhou a tendência de crescimento, passando de 4,9 para 11,1 pontos por 100 habitantes no período analisado (Gráfico 31).

A expansão da conectividade é clara, com

Castanhal destacando-se como o território com melhor desempenho ao longo de todo o período. Em 2023, a taxa no município foi mais que o dobro da verificada no estado e superior em mais de 10 pontos à da RI Guamá. Esse avanço pode estar ligado a políticas de incentivo tecnológico, expansão de infraestrutura e maior poder aquisitivo local. A melhoria nos índices da RI Guamá e do estado do Pará também é significativa, embora partindo de bases muito inferiores. O crescimento desse indicador é essencial para inclusão digital, educação, serviços públicos e desenvolvimento econômico local (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Castanhal x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

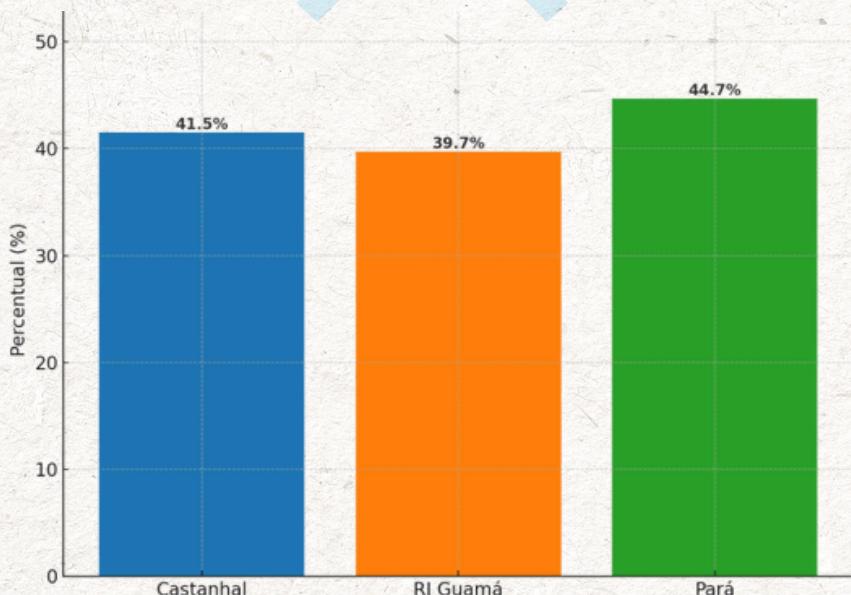
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 20 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Castanhal** registrou um IDS de **41,5%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Castanhal x RI Guamá x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, dispõe por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

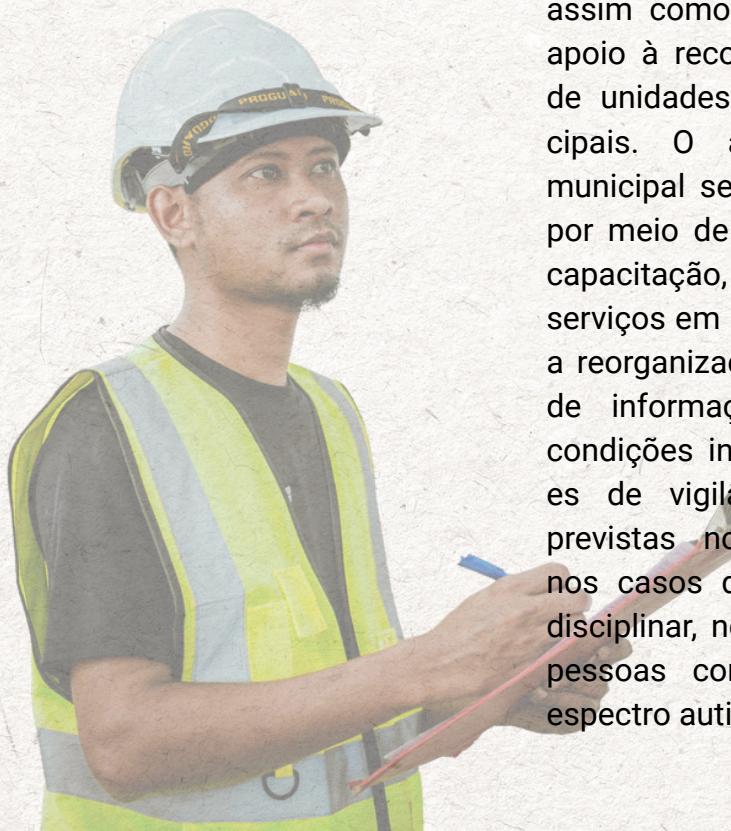
nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).





As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Castanhal na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Castanhal e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

